



## CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

### “CMPCD”

#### FRANCA

Aos seis dias do mês de Maio, às 09horas, na sede da SEDAS - Secretaria Municipal de Ação Social, reuniram-se os Conselheiros do Conselho Municipal da Pessoa Com Deficiência – CMPCD, para a décima quinta reunião ordinária no mês de Maio de 2014. Dando início à reunião, a 1ª Secretária Sandra fez a verificação de quorum e justificou as ausências nesta reunião. Nessa reunião houve convidados presentes. Foi realizada a apresentação dos conselheiros e dos convidados presentes: Mônica – Acessuas; Lázaro do SINDIFRANCA responsável pela área de Gestão de Pessoas; Lucineide – Acessuas; Daianne e Daniela – CEI (Centro de Educação Integrada)- especialistas responsáveis pelo AEE – Atendimento Especializado às Empresas – inserção dos deficientes intelectuais no mercado de trabalho; Ivanir – Diretor Regional da SERT; Devanir PAT de Franca. A 1ª Secretária Sandra contextualizou aos participantes que surgiu a necessidade desse encontro a partir da socialização feita pela conselheira Sandra e a conselheira Izabel sobre a participação no encontro realizado pelo SINDIFRANCA com as empresas e instituições, a partir das discussões o CMPCD achou por bem chamar os seguimentos que trabalham com a inserção social. A proposta, a princípio, de trabalho para essa reunião foi pensar em ações articuladas e integradas para favorecer as Pessoas com Deficiência a inserção no mercado de trabalho de fato e não somente o cumprimento da Lei de Cotas. Após a contextualização foi feita a leitura da pauta, foi acrescentado mais quatro informes e iniciada a discussão. O convidado Ivanir colocou sobre o DIA D – Dia de contratação da Pessoa com Deficiência no dia 30/05/2014 em todo o Brasil. A conselheira Sandra colocou a importância desse momento para termos um trabalho articulado em rede e não estanque, fragmentado, haja vista, que são várias instituições que trabalham com o foco na inserção da Pessoa com Deficiência no mercado de trabalho e não possuem uma proposta articulada. Lázaro do SINDIFRANCA comentou que as empresas sabem produzir e cumprir a legislação. Colocou-nos que o Ministério do Trabalho está cobrando das empresas e estas sendo autuadas pela falta de Pessoas com Deficiência contratadas. O SINDIFRANCA criou um banco de dados com acesso das empresas, onde seria necessário as instituições alimentarem esse banco com vários dados, mas o banco de dados está desatualizado e não atende as necessidades das empresas nem das instituições. Segundo Lázaro, recentemente foram feitas cinco autuações pelo não cumprimento da Lei de Cotas. Sugeriu ao CMPCD convidar outros seguimentos para discussão e conhecimento do que está sendo feito e assim realizar um trabalho em conjunto falando uma mesma língua. Destacou a importância que as empresas precisam de consultoria e assessoria/apoio das instituições, pois as empresas não possuem conhecimento, não sabem lidar com as Pessoas com Deficiências no dia a dia. A conselheira Simone ressaltou a necessidade

40 das empresas serem mais abertas, terem a noção mínima sobre a deficiência e que é  
41 necessário à flexibilização dos postos de trabalho, da questão da produtividade, no  
42 recrutamento e outros vários aspectos. Complementando a conselheira Karla enfatizou  
43 a importância de todos os espaços terem todas as pessoas. A questão da deficiência  
44 precisa ser conversada, compartilhada em vários espaços, em várias ações, para que  
45 seja de fato incluído. Enfatizou ainda, refletindo, se haverá necessidade de nascer um  
46 deficiente em cada casa para mudar culturalmente a mentalidade ou se começar a  
47 pensar na questão da deficiência. A professora especialista do CEI Daianne destacou a  
48 dificuldade encontrada quando participa de uma entrevista com a Pessoa com  
49 Deficiência e, principalmente quando se depara com a deficiência física e há o  
50 comprometimento no aspecto locomotor e na fala. As empresas não acreditam na  
51 potencialidade que essa pessoa possui e sim no que está enxergando. Segundo ela,  
52 isso compromete todo o trabalho realizado anteriormente. Lázaro acrescenta que a  
53 característica em Franca é de um trabalho de Departamento Pessoal e não Recursos  
54 Humanos embora tenha mudado timidamente essa visão. Pediu também para o  
55 CMPCD organizar e apresentar a proposta - função do conselho em uma reunião para  
56 levar as empresas mais conhecimento e até esclarecimentos. A Mônica coloca a  
57 dificuldade que o Acessuas encontra para a inserção no mercado de trabalho tanto a  
58 Pessoa com Deficiência como a pessoa de baixa renda desde a seleção o levantamento  
59 do cadastro único e também a pessoa que recebe o BPC. As famílias ainda se impõem  
60 não deixando ser inserido com medo do benefício ser suspenso. O convidado Ivanir  
61 comentou sobre o PADEF - Governo do Estado que tem uma proposta de trabalho de  
62 conscientizar sobre a importância das empresas na contratação do público existente.  
63 Apresentou também a proposta de realizar uma reunião com empresários,  
64 trabalhadores, Secretarias e as instituições que trabalham com a Pessoa com  
65 Deficiência, pois há necessidade de fazer a intermediação da mão de obra. Nessa  
66 reunião começou a discutir e a desenhar o encontro sobre a inserção no mercado de  
67 trabalho como: data, local, convite. A secretária executiva Mariângela sugeriu instituir  
68 uma comissão de trabalho para sentar, discutir e organizar o encontro. Continuando a  
69 pauta Mariângela leu e socializou os informes e em seguida a conselheira Cristina e  
70 responsável pela Sociedade dos Cegos, relata sobre a dificuldade que os usuários estão  
71 encontrando para renovar e ou recarregar o cartão Passe Fácil. Segundo ela a Empresa  
72 São José questiona alguns laudos/exames médicos, dificultando a renovação e recarga  
73 do cartão. Mediante essa situação foi sugerido chamar o Márcio da CORDE para  
74 orientação e esclarecimento. Márcio atendeu a solicitação e orientou que uma vez  
75 avaliado e conseguido o Passe Fácil este deveria ser definitivo sem necessidade de  
76 renovação. Este procedimento de renovação é da Empresa São José, na lei não tem  
77 especificado esse aspecto. Sugeriu que o CMPCD articule diretamente com a EMDEF  
78 para organizar essa questão da renovação anual das carteirinhas. Esclareceu que  
79 dentro da CORDE existe uma comissão multidisciplinar composta por uma assistente  
80 social, fisioterapeuta, fonoaudióloga e médico. Ficou acordado que o CMPCD

81 encaminhará um ofício a EMDEF formalizando as dificuldades encontradas pelas  
82 instituições diante essa situação apresentada. Nada mais havendo a tratar, a reunião  
83 foi encerrada e a ata, por mim Sandra Cristina Calandria Pedigone, lavrada e segue  
84 assinada por mim e demais presentes. Franca, 06 de maio de 2014.